PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.900



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNPJ. 76.972.082/0001-06

TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2025 - ID 2959/2025

Município de Diamante do Norte/PR, com sede na Rua José Vicente, 257, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.972.082/0001-06, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Eliel dos Santos Correa, inscrito no CPF sob nº 030.788.569-09 e RG nº 6.653.656-4 e a Sra. Luzia da Silva Navarro Mariano, Secretária Municipal de Educação e Cultura.

E P da Cruz Maringá Coifas, inscrita no Cnpj sob o nº 26.358.385/0001-57, situado à Rua Almerinda Silveira Coelho, 19785, Maringá/PR, neste ato representado pelo **Sr. Eduardo Pereira da Cruz**, portador do Rg 81026050, SSP/PR, Cpf nº 030.724.499-70, Brasileiro, Casado, Empresário, residente na Rua Pioneiro Antônio Carnelossi, 645, Pq. Hortência 2, Maringá/PR, email: maringacoifas@hotmail.com e Telefone nº (44) 99836-1828.

OBJETO: Aquisição de coifa devidamente instalada

VALOR TOTAL: R\$ 27.358,00 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano

DATA DA ASSINATURA: 28 de outubro de 2025

FORO: Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Diamante do Norte, 28 de outubro de 2025.



RESGISTRO DE PRECO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR CNPJ N.º 75.475.442/0001-93
CONTRATADA:W. B. TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA

período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

OBJETO DO ADITAMENTO: PRAZO O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da ARP nº 113/2024 por mais 02 (dois), a partir de 23/10/2025. Até 23/12/2025, podendo ser prorrogado por igual

PREÇO: O Município pagará a EMPRESA, pela execução do objeto deste TERMO o valor estabelecido na ARP nº113/2024 origina acrescido do INPC acumulado

ltem	Descrição	Valor unitário anterior	Valor unitário atual (5,09)
1	OFICINA DE ARTES E JOGOS: RECREAÇÃO, BRINQUEDOTECA E JOGOS	R\$ 45,0000	R\$ 47,30
2	OFICINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PROFISSIONAL HABILITADO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL	R\$ 51,0000	R\$ 53,60
3	OFICINA DE ROBOTICA EDUCACIONAL : PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULA DE INTERAÇÃO ROBOTICA	R\$ 108,0000	R\$ 113,50
4	OFICINA DE TECNOLOGIA: PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULA DE INFORMÁTICA	R\$ 74,0000	R\$ 77.76
5	OFICINA PEDAGÓGICA: PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULA DE INGLÊS	R\$ 62,0000	R\$ 65,15

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas na Ata de Preço primitiva, o qual vincula-se ao de

Mirador/PR,22 de outubro de 2025 Fabiano Marcos da Silva Travain



MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ - CNPJ. 76.972.082/0001-06

TERRITÓRIO DA CIDADANIA ENCONTRO DAS ÁGUAS

Não Confiamos em Deus!

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72-2025

AVISO DE LICITAÇÃO: O Município de Diamante do Norte, torna público, o seguinte processo de contratação: OBJETO: Aquisição de refeições e marmitex. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 72/2025; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço Por item; MODO DE DISPUTA: aberto; ABERTURA: às 09h00m do dia 19/11/2025; LOCAL DE ABERTURA: https://comprasbr.com.br/; A edital poderá obtida nos intedonorte.eloweb.net/portaltransparencia/ e no Portal Nacional de contratações públicas

Diamante do Norte, 28 de outubro de 2025

Juliano Cervantes Pereira dos Santos Matrícula nº 327



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ Praca Giácomo Madalozzo 234 - Centro

Caixa Postal 0011 - Fone/Fax (44) 3435-1221/3435-1222 C.N.P.J. 75.461.442/0001-34 CEP 87860-000 PLANALTINA DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ E-mail: publicacoespref.planaltina@gmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

DAS PARTES						
P. M. PLANALTINA DO PARANÁ – PR	SONIA APARECIDA SUATO SAVIAM LTDA CNPJ: 17.694.524/0001-22.					
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025						

VIGÊNCIA: 120 (Cento e vinte) dias. CONTRATO: N.º 66/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA DONA BENTA, CONSAGRADA PELA OPINIÃO PÚBLICA REGIONAL, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL AO VIVO NO EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO 65 ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARANÁ, NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2025, EM ESPAÇO PÚBLICO ABERTO, COM DURAÇÃO ESTIMADA DE 03 (TRÊS) HORAS E COM ACESSO GRATUITO À POPULAÇÃO.

ESPECIFICAÇÃO DOS OBJETOS:

"BANDA DONA BENTA" Contratação de apresentação artística da Banda Dona Benta, consagrada pela opinião pública regional, para realização de show musical ao vivo no evento de omemoração do 65° Aniversário do Municínio

de Planaltina do Paraná, no dia 15 de novembro de 2025, em espaço público aberto, com duração estimada de 03 (Três) horas e com acesso

VALOR TOTAL R\$:

R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

SETOR: SECRETARIA GERAL. RECURSO: Próprio.
OS ITENS, QUANTIDADES, SEUS DESCRITIVOS E VALORES SEGUEM PRESENTES NO CONTRATO DE N°58/2025.

> Planaltina do Paraná - Estado do Paraná, 23 de outubro de 2025 Cordialmente.

> > Celso Maggioni Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ

Estado do Paraná CNPI Nº 08,533,932/0001-01 35-FoneTina/44447328-7-C. CIP-87750-000 Alto Parasi-FR altoparana.pr.gov.br. http://www.altoparana.pr.gov.br

PORTARIA Nº 1063/2025

O Prefeito do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 9°, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

FUNDAMENTO JURÍDICO: Lei Federal n

14.133 de 1º de abril de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, no cargo de motorista, Claudinei matricula nº 922901, uma diária em razão ao transporte de paciente.

Parágrafo único O referido servidor realizou transporte para cidade de Curitiba- PR, com saída no dia 23/10/2025 ás 22:00h e retorno previsto no dia 24/10/2025 ás 22:00h.

Art. 2º O deslocamento foi realizado em veículo oficial da frota lizado o automóvel Fiat Cronos, de placa TAQ-7J35.

Art. 3º O valor total de uma diária autorizada é de R\$ 719,05 (setecentos dezenove reais e cinco centavos) conforme previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.079/2019;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraná-PR, 24 de Outubro de 2025





EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº140/2025 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR CNPJ N.º 75.475.442/0001-93

CONTRATADA: T R AMARAL LTDA CNPJ/MF: 32.001.434/0001-00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAIS "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "<u>LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM PROFISSIONAL, ILUMINAÇÃO E PAÍNEL DE LED</u>" PARA A FESTIVIDADE DE <u>REVEILLON</u> NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
42265	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM PROFISSIONAL, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED" PARA A FESTIVIDADE DE REVEILLÓN NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025	un	1,0000	R\$ 29.900,0000	R\$ 29.900,00
Valor Total: R\$ 29.900.0					

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no Processo Administrativo de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2025, e a proposta de preços classificada, homologada e adjudicada.

Poder Executivo Municipal

Fabiano Marcos da Silva Travain Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito, aos 28 de outubro de 2025

Prefeitura Municipal de Mirador - PR Avenida Guaira, nº 153 - Centro CEP 87840-000 CNPJ - 75.475.442/0001-93 Telefone: (44) 3112-4360

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 134/2025

ÇOS PARA A EVENTUAIS "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "LOCAÇÃO DE

Licitante	CNPJ/CPF			Total do vencedor		
T R AMARAL LTDA	32.001.434/0001-00			R\$ 29.900,00		
		1	otal:	F	R\$ 29.900,00	
T R AMARAL LTDA - Exclusivo MPE						

. IDADE DE 1,0000 R\$ 29.900,00

MIRADOR, 28 de outubro de 2025

NO MARCOS DA SILVA TRAVAIN CPF: 052.989.279-04 PREFEITO



MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Compras e Contratos Termo Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Pregão Eletrônico 103/2025 Processo Administrativo 167/2025

O Sr. CARLOS ALBERTO VIZZOTTO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura

242414 - MVP SOLUCOES EM LOCACAO EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA

L. | Unidada | Marca | Otde | Valor

e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 2000/2025. Homologa e Adjudica

Nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, para renovação e ampliação da frota municipal, visando atender às necessidades operacionais e administrativas de diversos departamentos., Pregão Eletrônico nº.

Ittili	roduto	Cilidade	Marca	Qtuc	Unitário	valor rotar	
3	Veículo novo, 0km (zero quilômetro), tipo picape de	Unidade	Volkswagem	3		R\$ 340.500,00	
	porte compacto, cabine simples; de fabricação		_				
	nacional; propulsão a combustão, bi-combustível						
	(etanol/gasolina); 2 portas; ano/modelo de fabricação						
	2025/2025 ou superior; cor branca; com todos os						
	itens e acessórios obrigatórios exigidos pela						
	legislação de trânsito vigente e demais itens de série						
	do modelo ofertado.						
	Características mínimas obrigatórias:						
	deverá possuir motor bi-combustível						
	(etanol/gasolina) com potência mínima, quando						
	abastecido com etanol, de 100 cv, acoplado a uma transmissão manual de, no mínimo, 5 (cinco)						
	marchas e com tração dianteira. A direção deverá						
	contar com assistência, podendo ser do tipo elétrica						
	ou hidráulica. O veículo deverá apresentar as						
	seguintes dimensões e capacidades mínimas:						
	distância entre-eixos de 2.700 mm, comprimento						
	total de 4.400 mm, capacidade de carga útil de 650						
	kg, volume de caçamba de 900 litros e capacidade						
	para 2 (dois) ocupantes. No quesito segurança,						
	deverá vir equipado, no mínimo, com airbags frontais						
	duplos, sistema de freios abs com discos na dianteira,						
	controle de estabilidade, controle de tração e						
	assistente de partida em rampa. Adicionalmente,						
	deverá conter como itens de conforto e conveniência:						
	ar-condicionado, vidros com acionamento elétrico e						
	rádio com conexão usb e bluetooth.						
	Garantia e demais condições:						
	garantia de fábrica total de, no mínimo, 03 (três)						
	anos, sem limite de quilometragem. O veículo deverá						
	ser entregue com tapetes, macaco, chave de roda,						
	triângulo de sinalização e manual do proprietário em português-br.						
L	portugues-or.		l	_	T-4-1 d-	De 240 500 00	
					i otal do	R\$ 340.500,00	

Paraíso do Norte, 24 de outubro de 2025.

CARLOS ALBERTO VIZZOTTO

PREFEITURA DE ALTO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2025

PARTES: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ CONTRATADA: EMPASOFT LTDA (CNPJ: 03.404.680/0001-05)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, ATIVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INTERCONEXÃO DE DADOS DE VOZ (VOIP), COM SEGMENTAÇÃO DA REDE (VLANS), CONTROLE DE BROADCAST, SEGURANÇA CONTRA SNIFFING, SPOOFING, LOOPS E PROTOCOLOS ADEQUADOS (STP. TRILL OU FABRICPATH), UTILIZANDO ASTERISK E SISTEMA OPERACIONAL LINUX COM MONITORAMENTO VIA ZABBIX E DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DDR (DISCAGEM DIRETA A RAMAL), A SER INSTALADO NO PAÇO MUNICÍPIAL E DEMÁIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ-PR, conforme específicações detalhadas no Termo de Referência.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 38.449,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e nove reais).

DOTAÇÃO ORÇAM.: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 3.3.90.39.58.00 – Serviços de Telecomunicações 3.3.90.39.99.99 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PRAZO DE EXECUÇÃO: Instalação, configuração e ativação: até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato; <u>servidor de DDR, licença e locação de equipamento de comunicação de voz:</u> 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2025 FORO: Comarca de Alto Paraná, Estado do Paraná

Alto Paraná, em 23 de outubro de 2025. CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA Prefeito Municipal

(**C**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ Estado do Paraná CNPJ Nº 76.279.967/0001-16 Rua José de Anchieta,1641–Fone/Fax:(44)447.1122–Cx. Postal 61–CEP:87750-000-Alto Paraná–PR

E-mail: pmaltopr@altoparana.pr.gov.br - htttp://www.altoparana.pr.gov.br TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

POR TEMPO DETERMINADO Nº 075/2025-RH. Edital nº 005, Anexo I, do Decreto nº 131/2024

Pelo presente instrumento fica rescindido o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

celebrado entre a Fazenda Pública do Município de Alto Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CGC-MF sob nº 76,279,967/0001-16, sito a Rua José de Anchieta, 1641, cidade de Alto Paraná, Estado do Paraná, representado pelo Senhor Claudemir Jóia Pereira, brasileiro, lavrador, portador da Cédula de Identidade Civil nº 4.530.008-0-SSP/PR., e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 597.027.709-63, ocupante do cargo eletivo de Prefeito da 18º Gestão Administrativa do município, neste ato denominado como Empregador, e de outro lado, Maria Eloisa Moreira Francisco, brasileira, casada, portadora do Registro Geral nº 10.869,274-0-IIPR., e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 079,938,309-07, neste ato denominada de Empregada, conforme cláusula seguinte:

Cláusula Primeira: Fica rescindido a partir do dia 28/10/2025 o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 075/2025-RH, de 18/09/2025, publicado no jornal Diário do Noroeste nº 19.873, de 20/09/2025, pág. nº 13, conforme oficio, em data de 28/10/2025.

Alto Paraná-PR., 28 de outubro de 2025

Empregador: Claudemir Jóia Pereira

(NOVA DATA) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 040/2025. Processo Administrativo

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO 64º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL-PR, A SER EXECUTADO NOS DIAS 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2025. Dia e horário: 111/1/2025 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Itaúna do Sul-PR, 28 de outubro de 2025. GILSON JOSE DE GOIS. Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ Rua José Vicente, 257 CEP 87.990-000 CNPJ 76.972.082/0001-06

AVISO <u>SUSPENSÃO</u> DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 56/2025 - (PMDN).

Considerando que a suspensão é necessária para a reavaliação técnica do edital, verificou-se a necessidade de aprimorar o detalhamento do objeto e revisar os critérios de avaliação da prova de conceito, de modo a garantir que o instrumento convocatório represente com maior precisão as necessidades operacionais e de integração da Prefeitura Municipal.

Considerando que Alguns pontos do edital apresentam descrições genéricas, que podem gerar interpretações amplas e comprometer a seleção da solução mais aderente às demandas do município. Além disso, a prova de conceito (PoC) necessita de especificações técnicas mais objetivas e alinhadas às funcionalidades realmente esperadas, permitindo uma análise mais justa e técnica das propostas.

Considerando que a suspensão temporária da licitação se faz necessária para que o Setor de TI possa revisar o Termo de Referência e os critérios técnicos, adequando-os às exigências funcionais e tecnológicas da administração pública, assegurando maior segurança jurídica, transparência e

Objeto: A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta para contratação de solução SaaS (Software como Serviço) para gestão eletrônica de documentos e controle de processos

O Município de Diamante do Norte – PR, torna Público, a "SUSPENSÃO" do Pregão Eletrônico nº 56/2025 – para fins de "<u>ALTERAÇÃO</u>, sendo que, a nova data de abertura será comunicada no Diário Oficial do Município e Portal de Transparência. Informações: na Divisão de Licitações, na Rua José Vicente nº. 257, telefone (44) 3900-3941, e-mail: licitacao@diamantedonorte.pr.gov.br.

Diamante do Norte, 28 de outubro de 2025.

Página: 1/ 1

R\$52.840,71

R\$55.640.05

Juliano Cervantes dos Santos Secretaria Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

Estado do Paraná CNPJ 95.641.916/0001-37 Rua Dona Marieta Mocellin nº 588 - CEP 87.915-000 Fone/Fax (0**44) 3455-1107

PREGÃO ELETRÔNICO № 043/2023.

O MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA-ESTADO DO PARANÁ, sob a égide da Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/93 e alterações, Leis Complementares 123/2006, 147/2014 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, torna pública a ABERTURA da licitação modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO POR ITEM, NO MODO DE DISPUTA ABERTO, destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESAS — ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP e MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, cujo objeto é a contratação de empresa especializada e habilitada na realização de show pirotécnico, mediante o fornecimento dos fogos de artifício, montagem, instalação, acompanhamento e realização dos shows pirotécnicos a serem

utilizados nas datas comemorativas e festivas do município de Santa Mônica-PR. Subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00m do dia 10/11/2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00m às 08h30m do dia 10/11/2025. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30m do dia 10/11/2025. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL <u>www.bl.org.br</u>, "Acesso Identificado". O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados e podem ser adquiridos de 2º a 6º feira, das 08h00mim as 11h00mim e das 13h30mim as 17h00mim, na Prefeitura Municipal de Santa Mônica, Setor de Licitação, sito à Rua Dona Marieta Mocellin, n.º 588, centro, bem como através do sitio eletrônico na internet <u>www.santamonica.pr.gov.br,</u> e ainda junto à plataforma eletrônica de licitação da Bolsa de Licitações do Brasil: <u>www.bll.org.br.</u> Demais informações poderão ser obtidas através do Fone (44) 3455-1107.

Santa Mônica-PR, em 28 de outubro de 2025.

LUAN GUSTAVO FRAZATTO:0606 DN collaboration of Collab Luan Gustavo Frazatto Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ C.N.P.J.: 75.483.230/0001-58 Município: SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, no uso de suas atribuições que iño confero a Lei Orgânica do Municipio de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 14/8/2024, de 20 de Dezembro de 2024. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no vator de R\$ 108.480,77, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentá 03.000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 03.001.4.122.3.2005-3.3.90.93.00.00.09.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 03429.01005.00.99.01.01.1701.0000 Combinio 02/2025 SETU CARVASAC-2025

03.000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO 03.00" - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 03.007 - 4 (2004) a monthicipal (2004) a demando (140) a deman

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) 90429.01005.03.99.01.01 1.791.0000 Converso 02/2025 SETU 05.000 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA 05.001 - GABINETE DO SECRETARIO

95:091.12.361.7.2011-3.1.99.11.09.09.09.09.0 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL 09090.08000.01.37.00.00 1.503.0000. Requires Fixes R\$15.640,06 04.000 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 04.001 - DIVISÃO DE CONTABILIDADE 04.001.4.121.5.2007-3,1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 03.000 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 33.001.4.122.3.2235-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO

E)E DO-PREFEITO(A) MUNICIPAL, 28 de Outubro de 2025. SE GABRIEL GONÇALVES ADEMILSON GONÇALVES

Controlador Intern

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2025

O MUNICÍPIO DE ALTO PARANÁ, Estado do Paraná, UASG: 987409, torna público para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei nº 14.133/2021, realizará procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo, menor preço POR ITEM

OBJETO: Aquisição de materiais de construção, tintas, ferramentas e materiais de proteção e

segurança.

Segurança.

DATA/HORÁRIO DA SESSÃO: 12/11/2025, às 08:30 horas

DATA/LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: até as 08:29 horas do dia 12/11/2025.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.721.036,79

LOCAL: www.licitanet.com.br, Portai: Plataforma Licitanet - Licitações On Line

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Setor de Licitações, na Rua José de Anchieta, nº 1641 — Centro, ou pelo telefone: (44) 99721-1273, pelo site www.altoparana.pr.gov.br, ou e-mail: licitacao@altoparana.pr.gov.br

Alto Paraná, Estado do Paraná, 28 de outubro de 2025. CLAUDEMIR JÓIA PEREIRA Prefeito Municipal 18ª Gestão Administrativa



MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE Compras e Contratos Termo Homologação e Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Concorrência Eletrônica 12/2025 Processo Administrativo 164/2025

O Sr. CARLOS ALBERTO VIZZOTTO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 2000/2025. Homologa e Adjudica Nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto Contratação de Empresa

Especializada na pavimentação em bloco sextavado com área de 4.417,76 (quatro mil, quatrocentos e dezessete virgula setenta e seis) metros lineares, com largura média de 6,74 (seis virgula setenta e quatro) metros, perfazendo uma área de pavimento de 29.775,70 (vinte e nove mil, setecentos e setenta e cinco virgula setenta) metros quadrados, conforme Termo de Convênio nº 517/2025, protocolo nº 22.255.161-7 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná - Programa Estrada da Integração (Decreto nº 6.515/2012) e Programa Rota do Progresso (Decreto Estadual nº 7.794/2024)., Concorrência Eletrônica nº. 12/2025, o participante:

152323 - CONSTRUTORA LONGUINI LTDA | 152323 - CONSTRUTORA LONGUINI LI DA
| Lote: 1 - Pavimentação em Bloco Sextavado, Estrada Rampa Náutica. | Unidade | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total | Unidade | Un Produto

AVIMENTAÇÃO EM BLOCO
SEXTAVADO, A SER REALIZADO NA
ESTRADA DA RAMPA NÂUTICA, COM
AĞEA DE 4417,76 (QUATRO MIL,
QUATROCENTOS E DEZESSETE VIRĞULA
SETENTA E SEISI METROS LINEARES,
COM LARĞURA MÊDIA DE 6,74 (SEIS)
LUDCILA CUETDAT ALI ATRO MUTSISIS IRGULA SETENTA E QUATRO) METRO PERFAZENDO UMA ÁREA DE PÁVIMENT DE 29.775,70 (VINTE E NOVE MI SETECENTOS E SETENTA E CINC VIRGULA SETENTA) METRO Total do Fornecedor: R\$ 5.889.000,00

Paraíso do Norte, 28 de outubro de 2025.

CARLOS ALBERTO VIZZOTTO

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.900



ESTADO DO PARANA MUNICIPIO DE NOVA ALIANÇA DO IVAI PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 81/2025

EMENTA: "Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal".

Ulisses de Souza, Prefeito do Município de Nova Aliança do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que são conferidas pela Lei Orgânica

DECRETA:

CAPÍTULO I

ACESSO AOS MERCADOS

SEÇÃO I

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEOUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

- Art. 1º Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º e o art. 34 da Lei nº 11.488 de 15 de julho de 2007 e suas
- § 1º Salvo disposição expressa no edital de licitação, será exigido dessas empresas declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microemprendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 3° deste artigo.
- $\S~2^{\circ}~O$ disposto no parágrafo anterior não se aplica a empresas detentoras do Certificado de Registro Cadastral das microempresas ou empresas de pequeno porte. icroempreendedor individual.
- \S 3° A identificação da microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o
- encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no
- § 4° O Microempreendedor Individual MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica (Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- § 5° Considera-se produtor rural pessoa física aquele que residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário que explora atividade agropecuária, em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade seringueira ou pesqueira artesanal, sem auxílio de empregados permanentes
- \S 6° Considera-se agricultor familiar, aquele que exerce atividade econômica e pratica suas atividades no meio rural, e que possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família, conforme previsão da Lei nº 11.326/2004
- $\S~7^{\circ}$ Consideram-se sociedades cooperativas as sociedades de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, conforme Lei 5.764/71

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 2º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, nos termos do disposto
 - I a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e
 - ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III o incentivo à inovação tecnológica; IV - o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.
- V estimular o uso do poder de compra do Município, articulando diversos fatores e agentes, em uma ação integrada e abrangente, promovendo assim o desenvolvimento socioeconômico de Nova Aliança do Ivaí e Região
- § 1° Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações públicas
- § 2° As instituições privadas que recebam recursos de convênio preferencialmente deverão aplicar esforços para implementar e comprovar o atendimento desses objetivos nas respectivas prestações de contas.
 - § 3º Para os efeitos do disposto no inciso I do "caput", considera-se como:
- I- âmbito local ou municipal: o limite geográfico do município; II âmbito regional: os municípios constituintes das seguintes Associações de Municípios das seguintes regiões, conforme estabelecido pelo Governo do Estado do
- a) AMUNPAR Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná: Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraiso do Norte, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santa Monica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiua, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica.
- b) AMERIOS Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis. Iporã, Ivate, Japura, Jussara, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Perola, Rondon, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tome, Tapejara, Tapira, Tuneiras do Oeste,
- c) AMENORTE Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná: Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Terra Boa e Tuneiras do Oeste;
- d) AMUSEP Associação dos Municípios do setentrião Norte: Ângulo. Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Florida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fe, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Uniflor:
- e) o âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio de distância, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município
- §4°. A eleição do critério de regionalização do certame considerará as especificidades de cada objeto licitado e o respectivo mercado fornecedor, cabendo ao órgão/entidade licitante motivar nos autos do respectivo processo licitatório os
- Art. 3º Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação microempresas, empresas de pequeno porte,
- agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas locais ou regionais, ainda que por intermédio de

consórcios ou cooperativas

- $\S1^\circ.$ Para os efeitos deste artigo poderá ser utilizada a licitação por item
- §2°. Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços sejam divisíveis e possam ser adjudicados a licitantes distintos.
- 83°. Na impossibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, da inexistência na região de, pelo menos, 03 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, da exigência de qualidade específica, do risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.
- Art. 4º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas licitações, os órgãos ou
- I- divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas para que adequem os seus processos produtivos; e
- II- definir o objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas localmente ou na região;
- III sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão-deobra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação.
- Art. 5° As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores
- Parágrafo único. As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.
- Art. 6° Salvo razões preponderantes, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardánio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região

- Art. 7º. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, poderá ser dada preferência pela utilização do
- Art. 8º Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "selo de certificação" deverá ser substituída por atestados de qualidade ou equivalente passados por entidades de idoneidade
- Art. 9º No procedimento de licitação deverá ser dada a mais ampla divulgação ao edital, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que deverão disponibilizar canais para divulgação em seus veículos de comunicação.
- Art. 10 Para os fins do artigo anterior, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar parcerias com entidades e organizações da sociedade civil para divulgação das licitações.

SECÃO III

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS. EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

- Art. 11 Nas contratações públicas da Administração Direta e Indireta Municipal poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e da Região
- Parágrafo Único. Os benefícios referidos nesta Seção poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa fisica, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.
- Art. 12 Nos termos da Lei Complementar 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão

SEÇÃO IV

DA PREFERÊNCIA À MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS EM CASO DE EMPATE

- Art. 13 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas.
- $\S~1^{\rm o}$ Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.
- § 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - § 3º A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:
- I ocorrendo o empate, a microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas melhor classificada será convocada a apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- II na hipótese da não contratação de microempresas, empresas de pequeno agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- III- no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que se encontram em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- \S 4º Não se aplica o sorteio referido no inciso III do parágrafo anterior quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.
- \S 5º No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
- § 6º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade contratante, e estar previsto no instrumento convocatório. SECÃO V

ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEOUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES

- Art. 14 Os órgãos e entidades contratantes poderão realizar processo licitatório destinado preferencialmente, devidamente justificada, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas quando:
- I) em licitações de julgamento por item o valor total do item seja de até R§ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- II) em licitações de julgamento por lote o valor total do lote seja de até R§ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo quando ocorrerem situações previstas no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA. MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

- Art. 15 Nas licitações para contratação de serviços e obras, o instrumento convocatório poderá exigir a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microemprendedores individuais e sociedades cooperativas, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando
- I o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, facultada à empresa a subcontratação em limites superiores, sendo vedada a sub-rogação completa da contratação:
- II prazo para o contratado apresentar o plano de subcontratação e a tação de regularidade fiscal, trabalhista e certidão negativa de falência e recuperação judicial das microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas subcontratadas, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- III que as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e
- sociedades cooperativas a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município ou Região, dando-se preferência àquelas estabelecidas no Município;
- IV- que a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
- $V-\ que\ a\ empresa\ contratada\ responsabiliza-se\ pela\ padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.$
- § 1º Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- cooperativas: II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas, empresas de
- pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa fisica, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, respeitado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021; e III - consórcio composto parcialmente por microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física,

microempreendedores individuais e sociedades cooperativas com participação igual ou

- superior ao percentual exigido de subcontratação. § 2º Não se admite a exigência de subcontratação:
- I para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios:
 - II quando for inviável, sob o aspecto técnico;
- III quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma devidamente justificada.
- $\S~3^{\rm o}~{\rm O}$ disposto no inciso II do caput deste artigo deverá ser comprovado no momento da aceitação, quando a modalidade de licitação for pregão, ou no momento da
- § 4º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública, representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devidamente justificada, ou de parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório.

 \S 5° Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa fisica, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas subcontratadas.

SEÇÃO VII

COTAS EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

- Art. 16 Nas licitações para a aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes reservarão cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas.
- $\S~1^{\circ}$ Para aplicação da cota reservada, o objeto poderá ser subdividido em itens, sendo:
- I um com o limite máximo percentual de 25% para a cota reservada, destinado exclusivamente às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais sociedades cooperativas, objetivando-se a ampliação da competitividade, desde que a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não ultrapasse a 25% (vinte e
 - II outro, com o percentual complementar destinado ao mercado geral.
- $\$2^\circ$ O disposto neste artigo não impede a participação das microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas na disputa pela totalidade do objeto.
- § 3º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do
- § 4º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.
- § 5° Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais
- pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas e que atendam às exigências constantes do instrumento convocatório.
- 6º Admite-se a divisão da cota, objetivando-se a ampliação da competitividade, desde que a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não ultrapasse a 25% (vinte e cinco por cento).
- \S 7° Nas licitações por Sistema de Registro de Preço, ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.
- 88°. Não se aplica disposto neste artigo para os itens ou lotes de licitação de valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas.

SEÇÃO VIII

EXCLUSIVIDADE LOCAL E REGIONAL

- Art. 17 Nas hipóteses de aplicação dos benefícios deste Decreto, poderá ser realizada licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local e regionalmente em observância ao disposto no Acórdão 2.122 de 31 de julho de 2019 do Tribunal de Contas do Estado do
 - § 1º A Exclusividade Local e Regional poderá ser aplicada quando:
- a) pela peculiaridade do objeto a ser licitado em situações concretas em que, para se garantir a vantajosidade da contratação seja necessária a restrição territorial, feita a partir de justificativa pormenorizada a constar no processo, registrando às circunstâncias ensejadoras da limitação.
- b) para ampliação da eficiência das políticas públicas voltadas para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que contemple algum dos valores jurídicos tutelados pelo art. 47 da Lei Complementar
- §2° Caso haja a escolha pela compra ou serviço pela exclusividade local e regional, o ordenador de despesa deverá apresentar a justificativa no Estudo Técnico Preliminar, não prejudicando as outras disposições obrigatórias previstas no art. 18, $\S1^\circ$
- § 3º Não será permitida a restrição de exclusividade local feita de modo genérico.
- \S 4° Nos processos licitatórios em que se exija a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, conforme disposto no art. 15 dessa norma, poderá ser aplicada a exclusividade local ou regional nos mesmos termos e condições dispostos nesse artigo no percentual destinado a
- $\S5^\circ$ Quando for realizada licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas local, e a mesma seja declarada deserta ou fracassada, a Administração deverá realizar nova licitação permitindo-se, com o fim de garantir a competitividade do certame, a participação de empresas em geral.
- Art. 18. Para consecução do benefício disposto nesse artigo às seguintes condições de pesquisa de mercado deverão ser observad
- I a existência comprovada de no mínimo 03 (três) microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local ou regionalmente do ramo do objeto da licitação a ser realizada, desde que estejam regularizadas.
- II existência comprovada de sociedade cooperativa de agricultura familiar, sediada em âmbito local, desde que formada por no mínimo 30 (trinta) agricultores familiares e/ou produtores rurais pessoa física, com DAP registrado no Município, para programas municipais, estaduais e federais.
- III existência comprovada de sociedade cooperativa de agricultura familiar, sediada em âmbito local, desde que formada por no mínimo 30 (trinta) agricultores familiares e/ou produtores rurais pessoa física, com DAP registrado no Município, para aquisição de merenda escolar de acordo com o PNAE, onde se localizam as escolas que serão atendidas pelo programa.
- $\ensuremath{\mathrm{IV}}$ previsão expressa nos editais indicando os itens e cotas nos quais serão aplicadas a restrição geográfica.
- Art. 19. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
- I composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de

ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de precos, inclusive

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução

- tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses
- fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de

SEÇÃO IX

regulamento.

contratado:

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

- Art. 20 As contratações sempre que possível deverão ser prioritariamente realizadas com microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local ou regionalmente, desde que o Município possua empresas do seguimento do objeto para sua contratação, fomentando o mercado local, conforme o art. 18 deste Decreto:
- § 1º Na contratação de novos empreendimentos o edital poderá estabelecer percentual mínimo do efetivo de mão-de-obra a ser contratado entre domiciliados no Município, nos termos do art. 25, §2° da Lei nº 14.133/2021.
- § 2° O processo de recrutamento do efetivo a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser realizado sem interferência do poder público.
- $\S~3^{\circ}~O$ disposto no parágrafo anterior não impede que o contratado recorra a serviço local de colocação de mão-de-obra, desde que esse atue de forma
 - Art. 21 Não se aplica o disposto neste Decreto quando:
- I- não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório:
 - II não houver cooperativa de agricultura familiar, sediada em âmbito local;
- III o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser



CLASSIFICADOS

CLASSIFICADOS E CENTRAL DE ASSINATURA: 44 3421 4050

BONS NEGÓCIOS TODOS OS DIAS

Atendimento de segunda a sexta-feita das 8h às 18h



Empregos



ITÁLIA CABELEIREIROS CON-TRATA: CABELEIREIRA(O) MANICURE E PEDICURE

Requisitos: Experiência na função, boa comunicação e atendimento ao cliente. Interessados entrar em contato pelo WhatsApp: (44) 3423-4397

ESPAÇO DESPERTAR CON-TRATA - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM **CREF** - ACADEMIA FEMININA EM TAMBOARA - enviar currículo e mais informações pelo WhatsApp: (43) 99184-8039.

ESPAÇO DESPERTAR CON-TRATA - ESTAGIÁRIA DE EDU-CAÇÃO FÍSICA - BACHARELA-DO - ACADEMIA FEMININA EM TAMBOARA - enviar currículo e mais informações pelo WhatsApp (43) 99184-8039.

CLÍNICA DE PARAÍSO DO NORTE CONTRATA: TERA-PEUTA OCUPACIONAL e FONOAUDIÓLOGO(A). Das 8h às 11h30 e das 13h às 18h. Pagamento por atendimento a combinar. Contato: (44) 99845-5462.

Chevolet



TRACKER 1.2 PREMIER - BRAN-CA - 2023/2024 - TOP DE LINHA. FONE 44 99917-0588 OU 3423-7000.

ONIX LT - CINZA, 2024/2025 -TEL. 44 3423-7000 E 99917-0588.

S-10 COLINA 4X4 - PRATA 2011, CAB. DUPLA, DIESEL. R\$ 64.990,00 - FONE: 44 99917-0588.

S-10 LTZ - BRANCA, 2023/2024. C/ 50.000 KM - NA GARANTIA -R\$ 219.000,00 - FONE 44 99917-0588.

COMPRAMOS SEU CARRO AVISTANO

PARANAVEL Fazendo seu caminho melhor

Compramos seu consórcio contemplado ou não. Com parcelas em dia ou em atraso. Pagamos à vista!

44 3423-7000 e 44 99917-0588 ®

NOVA RANGER XLT V6 -

2024, MODELO NOVO, BRAN-

CA, COM PNEUS BF, APENAS

R\$ 259.999,00 FONE: (44)

RANGER XLS 4X4 - AT, CINZA,

2021, DIESEL, UNICO DONO,

BX KM, SÓ R\$ 149.990,00

T-CROSS HIGLINE - PRATA

12.500KM - FONES: 44 3423-

AMAROK SE 4X4 - 2012/2013,

PRATA, MANUAL. (REPASSE) - R\$

69.990,00 - FONE: 3423-7000.

7000 OU 44 99165-5005

2024/2025 - NOVÍSSIMO -

FONE: (44) 99917-0588.

Volkswagen

99917-0588.





HB20 SEDAN CONFORT **AUTOMÁTICO** - BRANCO - 2024/2025 - TEL. 44 3423-

HB20 SENSE 1.0 - MUITO NOVO - CINZA - 2024/2025 -TEL. 3423-7000 - 99917-0588.

Toyota



TOP DE LINHA, PRETA, 2018. R\$ 169.990,00 - 44 99917-

LIGUE E 44 3421-4050



DIARIO DO NOROESTE **FAÇA BONS NEGÓCIOS ANUNCIE** -A informação mais perto de você.

RESTAURANTE

Temos marmitas P, M e G

no local com feijão

e saladas separados

PEÇA SUA MARMITA

PRÓXIMO A UNIPAR

Rua Antônio Cauneto, 196

Almoço Prato Executivo

Fiat



ARGO DRIVE 1.0 - BRANCO, 2024/2025 - TELEFONE: 44 3423-7000 E 99917-0588.

Ford



RANGER XLT 3.2 - 0 KM - R\$ 229.900,00 FONE (44) 3045-8500.

TERRITORY - 0 KM - R\$ 209.900,00 - FONE (44) 3045-8500.

FOCUS TITANIUM HATCH C/ TETO - 2017, FLEX, TOP DE LI-NHA. R\$ 66.990,00 - FONE 44 99917-0588.



7000 - 99917-0588.



TOYOTA HILUX SRV DIESEL -0588 (WHATS).

ANUNCIE



SÚMULA REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

CONSÓRCIO NOVO IVAÍ, CNPJ nº 58.617.019/0001-61, torna público que irá requerer junto ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para a obra de Implantação da Variante da PR-498 e da ponte sobre o Rio Ivaí, entre os municípios de São Carlos do Ivaí e Japurá/PR.

PUBLICAÇÃO LEGAL Edição - 19.900

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 Lei nº 14.133/2021, exceto em relação ao disposto no art. 21 desta lei;

V - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos no art. 2°, justificadamente, bem como não for vantajoso para a Administração Pública.

§ 1º Para a comprovação do disposto no inciso I, poderão ser adotadas as

I - verificação da inexistência de um mínimo 03 (três) microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local ou

II - consulta à associação de comércio, indústria e serviços do local ou região em que será executado o objeto da licitação, ou a cadastro informatizado de fornecedores que identifique os fornecedores locais e regionais;

§ 2° Para efeito do disposto no inciso III:

I - considera-se não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência, exceto quando o instrumento convocatório estabelecer, justificadamente, a prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preco válido.

II - a natureza do bem, serviço ou obra, ou as práticas e regras usuais de mercado forem incompatíveis com a aplicação do benefício

Art. 22 Em relação aos beneficios referidos nas Seções V à VII deste capítulo

I- o edital de convocação poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para a microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas sediada local ou regionalmente melhor classificada, cujo preço seja superior em até 10% (dez por cento) em relação ao preço da empresa vencedora sediada em outra localidade ou região;

a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas porte poderá se dar em licitação de qualquer valor, ainda que superior ao estabelecido para seu enquadramento.

§ 1º Em relação ao benefício previsto no inciso I:

I - poderá ser usada como uma das justificativas quando o Município tiver

renda per capita inferior à média nacional. II - No beneficio da cota reservada previsto no artigo 14 deste decreto, aplica-se a margem de preferência para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores

individuais e sociedades cooperativas locais apenas em relação à cota reservada, não se estendendo à cota principal

§ 2º Nas licitações com exigência de subcontratação, a margem de preferência prevista neste artigo somente será aplicada se houver um consórcio exclusivo de microempresas e empresas de pequeno porte em que todas sejam sediadas local ou regionalmente

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 O disposto neste decreto aplica-se também, desde que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

cooperados (Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, art. 34, conversão da MP nº 351, de 2007); II - ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município (LC federal nº 123, de 2006, art. 3°-A, na redação da LC federal 147, de

I - às sociedades cooperativas, nela incluídos os atos cooperados e não-

Art. 24 Poderá o Departamento de Administração Municipal baixar instruções complementares relativamente ao disposto neste Decreto

Art. 25 Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal

Art. 26 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Gabinete do Prefeito de Nova Aliança do Ivaí/PR, 28 de outubro de 2025.

ULISSES DE SOUZA

PESQUISA

Tecnologia criada pela Unioeste permite monitoramento do mosquito da dengue com IA

I ma parceria entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Prefeitura de Foz do Iguaçu vai permitir que a cidade seja a primeira do mundo a ter um sistema de monitoramento inteligente de mosquito transmissor da dengue.

Intitulada "Desenvolvimento de Tecnologia para Monitoramento do Aedes aegypti Utilizando Inteligência Artificial", a pesquisa tem como objetivo o desenvolvimento e implementação de uma grande rede de monitoramento inteligente do mosquito por meio de sensores óticos e algoritmos de inteligência artificial.

Hoje, o monitoramento depende de informações manuais, seja o número de pessoas infectadas ou que detectaram locais de criadouro, além de armadilhas físicas.

Os sensores inteligentes, que funcionam através de comandos dados para a IA, conseguem captar o som dos mosquitos e identificar a qual espécie pertencem. O equipamento já é capaz de identificar 3.500 espécies, sendo 200 destas transmissoras de doenças. Como cada espécie tem som diferente, a IA consegue informar quando se trata do Aedes aegypti e se já picou alguém. Esses dados são repassados em tempo real para uma central, o que ajuda a localizar índice de manifestação, quais horários de maior infestação, as áreas mais perigosas e fazer predição de surtos.

A autorização de pesquisa foi assinada pela direção da Unioeste e autoridades municipais e permitirá que, a partir do ano que vem, o município



Equipamento vai monitorar mosquito da dengue em tempo real, prevê compromisso

consiga fazer monitoramento em tempo real de forma automática. A Unioeste - Campus Foz do Iguaçu vá executar a pesquisa, sob coordenação do professor André Gustavo Maletzke, do curso de Ciências da Computação, com apoio técnico e logístico do Centro de Zoonoses.

"Uma das grandes questões do monitoramento é saber qual o tamanho da população de mosquitos na cidade. Uma vez que temos isso, conseguimos tomar decisões frente a um possível surto, agindo para diminuir o número de casos de doenças que podem ser transmitidas por esses mosquitos vetores", explica o pesquisador.

O equipamento de sensores óticos é de baixo custo,

podendo chegar a dez vezes menos do que alternativas existentes no mundo. O valor baixo é importante pelo grande número de equipamentos necessários para cobrir uma grande área. A partir do início de 2026, serão instalados em sistemas de armadilha já presentes no município e, ao entrar na área da armadilha, o sensor consegue captar exatamente de qual mosquito se trata e suas características.

Parceria com universidades – A pesquisa iniciou há dez anos e está sendo realizada na Unioeste. A tecnologia foi desenvolvida em parceria com diversas universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), North Caroline State University (Estados Unidos) e

Universidade de Nova Gales do Sul (UNSU), da Austrália.

Foz do Iguaçu foi escolhida como primeira a utilizar a tecnologia em função de ser uma das cidades com maior índice de infestação do mosquito. No Brasil, a Unioeste é a única que aprimora o equipamento, dando informações precisas para a IA auxiliar nesse trabalho.

"A Unioeste, como universidade pública, tem a missão de promover o desenvolvimento da comunidade. Pesquisas como esta mostram a importância da ciência desenvolvida por nós, contribuindo com o município e com o mundo na prevenção dessa doença, que pode matar", disse o diretor do Campus Foz do Iguaçu, Sérgio Moacir Fabriz.